



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7262 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

O FENÔMENO DA JUVENILIZAÇÃO DA EJA NO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES
 Marcos Vinicius Reis Fernandes - FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ

O FENÔMENO DA JUVENILIZAÇÃO DA EJA NO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se insere no campo do direito à educação para pessoas que não tiveram acesso à escola ou nela não puderam nela permanecer na idade socialmente considerada como própria. Contudo, vem se tornando frequente a inserção de jovens na modalidade como alertam pesquisadores do campo da EJA. Embora este fenômeno não seja recente, dados do INEP corroboram para a apreensão do fenômeno quando informam que o percentual de jovens na EJA do Ensino Médio (EM), na rede estadual do Rio de Janeiro (RJ) saltou de 61% em 2008 para 74% em 2019.

Este trabalho trata-se de uma etapa referente à dissertação de mestrado em andamento, cujo objetivo geral é compreender o fenômeno da juvenilização da EJA/EM, na rede pública do estado RJ.

Para efeitos do corte etário sobre o que vem a ser identificado como jovens, nos referimos à concepção do Estatuto da Juventude, onde “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”. (BRASIL, 2013).

Segundo a PNAD-C 2019 (IBGE, 2020), dos 3,473 milhões de jovens residentes no estado do RJ 67,57% estão incluídos na dinâmica: conciliar ocupação com estudos ou estão ocupados e não estudando ou estão desocupados e não estudando (desalentados). Isso demonstra a grande barreira de classe que perpassa a maioria da juventude fluminense.

Partimos da seguinte pergunta/problema: a partir de quais estratégias políticas no campo educacional, a Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) tem induzido à juvenilização da EJA no EM?

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa se ancora na perspectiva do materialismo histórico dialético por interpelar o fenômeno da juvenilização em suas múltiplas determinações sociais (KOSIK, 1976). Considera-se que a particularidade da juvenilização da EJA/EM é uma expressão da realidade mais ampla merecendo atenção de pesquisadores dedicados à EJA.

Embora a EJA esteja inserida no circuito dos direitos fundamentais (CURY, 2008), as

condições de oferta têm se mantido em caráter fragmentário e residual e refletem o perfil para quem se destina: jovens e adultos trabalhadores que vivem nas periferias urbanas e rurais, nos limites da produção da vida (ARROYO, 2005; ALVARENGA, 2016), cujo vínculo entre trabalho e educação permanece como um novo/velho desafio na modalidade (MACHADO; RODRIGUES, 2013) e expressa uma entre tantas contradições produtoras das desigualdades da escola da sociedade capitalista.

Partimos da observação de um ativismo da SEEDUC que iniciou em 2010 e formalizou em 2012 a exclusão da população jovem com distorção idade série do EM regular com a intenção de escamotear os dados do IDEB que aconteceria em 2013, virtude o constrangimento causado pela sua penúltima colocação na edição de 2009.

Sendo assim, a Resolução SEEDUC nº 4814/2012 estabeleceu os procedimentos à matrícula para 2013:

§2º - Somente poderão ser matriculados na 1ª série do Ensino Médio Regular e Ensino Médio Inovador os alunos com idade máxima de 20 anos. §3º - Os alunos com idade de 21 anos completos ou a completar até o dia 31/01/2013 deverão ser matriculados no Módulo I do Ensino Médio da Nova Educação de Jovens e Adultos [...] (SEEDUC, 2012).

Em 2013 as matrículas no EM regular diminuíram em 3.547, mas aumentaram em 1.577 na EJA/EM presencial e, contraditoriamente, reduziram em 11.131 na EJA/EM semipresencial (CEJA) (SEEDUC, 2013). O número da população jovem fora da escola diminuiu, contudo, os mais pobres, com nível de rendimento mensal domiciliar per capita 10% menores, aumentou em 5.374 (IBGE, 2014).

Segundo nota do SEPE (2014):

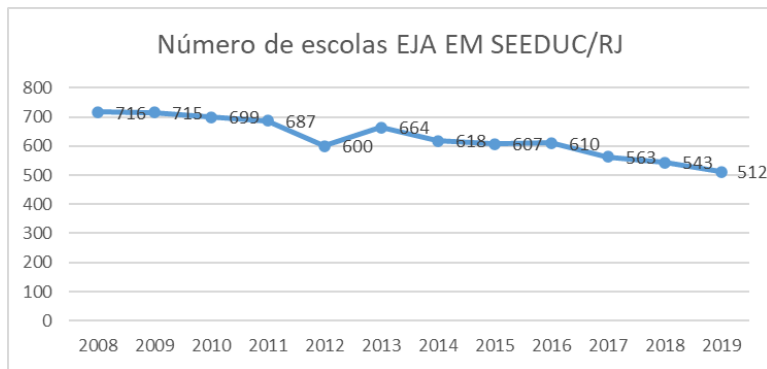
[...] foram matriculados 57 mil estudantes no NEJA. Além disso, Risolia informou ao SEPE que matricularia 34 mil alunos no Autonomia. Ou seja, quase 20% dos alunos da rede estadual deixaram de ser avaliados pelo IDEB no ano passado por estarem no NEJA e Autonomia, o que certamente influenciou o resultado do IDEB.

Políticas desse tipo influenciam uma juvenilização induzida, com novas características:

Um jovem que traz a exclusão do sistema educacional, muitas vezes pela entrada precoce no mundo do trabalho, é diferente do jovem que, tendo acesso e permanência garantidos, não teve o direito ao aprendizado, ele mesmo excluído de uma escola para outra escola, muitas vezes sem que tenha escolha, induzido à transferência, ou convidado a se retirar. A entrada desses jovens inaugura uma busca de identidade dentro da modalidade. (LEMOS, 2017, p. 39).

Percebemos a materialização da ação do Estado, também, através da veloz elevação do número de escolas na modalidade no ano de 2013.

Gráfico 1 – Número de escolas EJA/EM SEEDUC



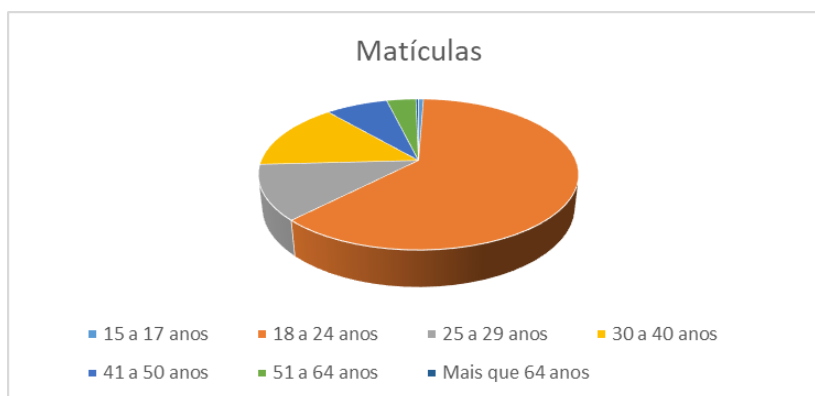
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos Censos 2008-2019.

Com vistas à pergunta/problema, nossas primeiras aproximações sobre a juvenilização na EJA/EM nos levaram a correlacionar os programas da SEEDUC com as crescentes taxas de matrículas de jovens na EJA/EM.

Segundo o Censo de 2019 (INEP, 2020), o RJ tinha 108.459 estudantes matriculados na EJA/EM nas 512 escolas das 1107 que ofertam o EM da SEEDUC. Desses estudantes, 74% estão inseridos na faixa etária considerada como jovem, reforçando assim o fenômeno pesquisado.

Dentro desses 74%, 84% possuem idade compreendida entre 18 e 24 anos. O que nos mostra que esses sujeitos mantiveram uma trajetória dentro da escola, não se enquadrando na função reparadora. Para uma melhor visualização, temos o gráfico 2.

Gráfico 2 – Matrículas por Idade EJA/EM SEEDUC



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Censo 2019 (INEP, 2020).

Como um desdobramento a ser enfrentado pela pesquisa, temos a relação entre a migração dos estudantes com distorção idade-série para EJA e os exames de larga escala. Nessa relação a SEEDUC escamoteia sua real situação, pois a EJA não é considerada no cálculo desses índices. Nesse contexto temos verificado ao menos a partir de 2016, uma indução na rede ao CEJA visto a relação inversamente proporcional entre o número de escolas e o número de matrículas na modalidade.

Considerando o contexto histórico e social das juventudes, compreendemos que buscar desvelar o aparente que inscreve a EJA nos marcos das políticas da SEEDUC é um compromisso ético-político junto aos filhos/as da classe trabalhadora nas lutas pelo direito à educação.

Palavras-chave: EJA. Juvenilização. Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, M. A Educação de Jovens e Adultos no PNE 2014-2024. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*. v. 13, n. 33, 2016. p. 122-138.
- ARROYO, M. A Educação de Jovens-Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *IN: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (orgs.). Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- BRASIL. Lei nº. 12852/2013. *Institui o Estatuto da Juventude*. Brasília: 2013.
- CURY, J. A Educação Básica como direito. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008.
- IBGE. *PNAD-C 2013*. Brasília: 2014. Disponível em: <https://bityli.com/LtszW>. Acesso em: 02 set. 2020.
- I B G E . *PNAD-C 2019*. Brasília: 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/pesquisa/10070/64506>. Acesso em: 02 set. 2020.
- INEP. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2019*. Brasília: 2020. Disponível em: <https://bityli.com/ELnUO>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEMOS, A. G. *Despeja na EJA [...]*.112f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- MACHADO, M.; RODRIGUES, M. E. Educação de jovens e adultos Relação educação e trabalho. *Revista Retratos da Escola*. Brasília, v. 7, n. 13, p. 373-385, jul./dez. 2013.
- SEEDUC. Censo Escolar 2013. Rio de Janeiro, 2013.
- SEEDUC. *Resolução n. 4814 de 27 de agosto de 2012*. Rio de Janeiro, 2013.
- SEPE. *Nota oficial do SEPE sobre o Projeto Autonomia da SEEDUC: autonomia para quem?* Disponível em: <https://bityli.com/f9Nhs>. Acesso em 16 jan. 2019.